



COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

COMISSÃO EXECUTIVA - Av. Afonso Pena, 1420 - 3º andar - CEP: 30.130-005

Belo Horizonte - Minas Gerais - *email: colpres@tjmg.gov.br*

Telefone: (0**31) 3237-6509 / 3237-6420 – Fax: (0**31) 3237.6811 / 3237.6276

Ata da Reunião do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil em Salvador.

O Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil reuniu-se na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, nos dias 30 de novembro, 1º e 2 de dezembro do ano de mil e novecentos e noventa e cinco, na Sala Bourgainville do Hotel Fiesta Bahia, com as presenças dos Excelentíssimos Senhores Ministros Ilmar do Nascimento Galvão, do Supremo Tribunal Federal, Romildo Bueno de Souza, Fontes de Alencar e Peçanha Martins, do Superior Tribunal de Justiça. Instalou-se solenemente a reunião no Salão Nobre do Tribunal de Justiça da Bahia, em sessão especial, oportunidade em que este solidarício outorgou ao Ministro Ilmar Galvão a Medalha do Mérito Judiciário da Bahia, presentes, dentre outras autoridades, o Dr. Paulo Ganem Souto, Governador do Estado e o Desembargador José Fernandes Filho, Presidente do Colégio. Nos dias 1º e 2 de dezembro, o Colégio se reuniu com a presença de quase todos os Tribunais de Justiça do Brasil. Iniciando os trabalhos, o Desembargador José Fernandes comunicou aos Presidentes que mantém permanente contato com as autoridades maiores da Nação, principalmente com os Presidentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, numa linha de trabalho unitário do Judiciário Brasileiro; anunciou, ainda, haver comparecido à Comissão Especial da PEC-33-A, na Câmara dos Deputados, oportunidade em que o Deputado. Euler Ribeiro informou o acolhimento das sugestões do Colégio, como: regime próprio de previdência para a magistratura, a garantia de paridade de remuneração entre os magistrados em atividade e os inativos, o teto máximo da remuneração, ressalvados os adicionais por tempo de serviço no percentual de 35 (trinta e cinco), a acumulação de proventos e vencimentos de magistrados e a mudança da idade para efeito de aposentadoria compulsória para 75 (setenta e cinco) anos. Noticiou também o andamento dos trabalhos da Reforma do Poder Judiciário, inclusive de um substitutivo onde se altera a competência do Supremo Tribunal Federal e do número de seus Ministros para 12 (doze) e o estabelecimento de vinculação às Súmulas dos Tribunais Superiores; que o Colégio apresentará sugestões ao Deputado Jairo Carneiro, Relator da matéria na Câmara dos Deputados. Comunicou, ainda, a posse do Desembargador Paulo Medina na Presidência da A.M.B, em Belo Horizonte, no dia dezesseis deste; referiu-se sobre o andamento dos trabalhos da Comissão que cuida da Reforma Administrativa. Solicitou, finalmente, aos Presidentes que enviassem à Comissão Executiva os dados referentes à participação das dotações do Poder Judiciário nos orçamentos dos Estados. A seguir, todos os Presidentes relataram a situação de seus Estados em relação aos Juizados Cíveis e Especiais. Presente o Deputado. Euler Ribeiro, discorreu sobre a história da Previdência Social no Brasil, os seus problemas, a sua viabilidade, a visão da atual situação nacional, seguindo-se amplos debates sobre o assunto, com esclarecimentos importantes sobre o substitutivo apresentado. Os Desembargadores José Fernandes, Roberto Aragão e Milton Martins saudaram e agradeceram ao Deputado. Euler Ribeiro. O Ministro Bueno de Souza fez uso da palavra saudando o Colégio e discorrendo sobre o papel do Poder Judiciário no



COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

COMISSÃO EXECUTIVA - Av. Afonso Pena, 1420 - 3º andar - CEP: 30.130-005

Belo Horizonte - Minas Gerais - *email: colpres@tjmg.gov.br*

Telefone: (0**31) 3237-6509 / 3237-6420 – Fax: (0**31) 3237.6811 / 3237.6276

grave momento da vida nacional e agradeceu os convites que lhe são formulados para participar das reuniões do Colégio. O Colégio ouviu explanações a respeito da angustiante situação dos Poderes Judiciários dos Estados de Mato Grosso e Alagoas, bem como em relação a problemas com sede em outros Estados da Federação. O Presidente do Colégio solicitou a remessa de cópias das leis estaduais que regulam os Juizados Especiais e os principais acontecimentos em torno do assunto para distribuição com os demais tribunais; recomendou aos Presidentes lutar pela aprovação do substitutivo do Deputado. Euler Ribeiro. Estabeleceu-se a realização de três reuniões: uma em janeiro, em Brasília, em data a se designar; outra, em Porto Velho, aos dias 28 de fevereiro e 1º e 2 de março e a terceira, no Rio de Janeiro, durante o mês de abril. O Colégio aprovou, à unanimidade, a “Carta de Salvador” em que resume as principais proposições da reunião. Finalmente, o Desembargador José Fernandes agradeceu a fidalga recepção do Tribunal de Justiça da Bahia e a presença dos participantes. O Desembargador Ruy Trindade, dizendo da honra da Bahia em sediar tão importante evento, agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião, do que, para constar, lavrei a presente ata que vai devidamente assinada. Eu, Robério Nunes dos Anjos, secretário ad hoc.

Seguem assinaturas.